

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.926/0001-54
Belo Horizonte - MG

Horizontes Energia S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016	
				Horizontes	Horizontes	Horizontes	Horizontes
Axiom	Debêntures	109% do CDI	29/01/2017	-	-	61	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	-	-	116	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	290	555	-	-
ETAU	Debêntures	108% do CDI	01/12/2019	114	108	-	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	57	105	-	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	53	99	-	-
Light	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	227	-	-	-
				741	1.044		

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Concessionárias e Permissionárias, Depósitos Judiciais e Cauções, e Fornecedores; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis:** encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Concessionárias e Permissionárias e Depósitos Judiciais e Cauções. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento:** encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação, no montante de R\$16.882 em 2017 (R\$13.887 em 2016). Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$796 em 2017, foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado:** encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação, no montante de R\$16.882 em 2017 (R\$13.887 em 2016). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado.

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	4.224	4.224	6.038	6.038
Consumidores, Concessionárias e Permissionários	2.521	2.521	3.354	3.354
Depósitos Judiciais e Cauções	1.915	1.915	1.131	1.131
	8.660	8.660	10.523	10.523
Mantidos até vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	795	796	680	680
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	16.882	16.882	13.887	13.887
Passivos Financeiros:				
Fornecedores	3.717	3.717	1.920	1.920

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado. Os valores justos de instrumentos financeiros aproximam-se de seus valores contábeis.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos, em especial, de caráter especulativo, em 2017 e 2016.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus Consumidores é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento da inadimplência, de forma individual, junto aos seus Consumidores, estabelecendo negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	3.717	-	-	-	-	3.717
	3.717	-	-	-	-	3.717

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, no exercício em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

20. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado

possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Resumo dos instrumentos mensurados pelo seu valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários - Mantidos Para Negociação	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
	Saldo em 31/12/2017	Sem Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Ativo - Técnica de Avaliação de Avaliação (Nível 2)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	39	-	39
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	4.609	-	4.609
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	11.761	11.761	-
Debêntures	473	-	473
	16.882	11.761	5.121

21. SEGUROS

A Companhia não possui seguro vigente em 31 de dezembro de 2017 visando cobrir riscos ou perdas decorrentes de incêndio e danos elétricos e operacionais aos seus equipamentos de geração de energia.

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
Contador CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Horizontes Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Horizontes Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Horizontes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Horizontes Energia S.A. ("Companhia") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 08 de junho de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2018.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0